

A GESTÃO ESCOLAR NA ELABORAÇÃO DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO: Perspectivas em municípios de Territórios de Identidade da Bahia*

Rosimeiry Souza Santana**

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - UESB

Rosilda Costa Fernandes

GEPEMDECC-UESB

Vanessa Costa dos Santos

GEPEMDECC-UESB

Resumo: O presente artigo tem a finalidade de analisar as concepções e implicações da gestão escolar na elaboração do Projeto Político Pedagógico - PPP nas escolas do campo nos municípios de Itapetinga, Jequié e Vitória da Conquista, localizados em Territórios de Identidade da Bahia. Trata-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa que, “parte do fundamento de que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, uma interdependência viva entre o sujeito e o objeto” (CHIZZOTTI, 1995, p.79). A pesquisa foi constituída através dos seguintes recursos: um questionário aplicado como ferramenta de uma pesquisa exploratória. A pesquisa exploratória tem a finalidade de contribuir com esclarecimentos de conceitos, fenômeno, intermediados por estudos fundamentados em suposições, deduções, considerações, e posicionamento dos pesquisadores, que se ocuparam em colaborar cientificamente com produções, que venham corroborar para com estudos posteriores (GIL, 2008). No decorrer da pesquisa concluímos que as respostas decorrentes do questionário, evidenciaram um certo desconhecimento sobre a dinâmica da elaboração do PPP previsto no Artigo 14 da Lei de Diretrizes e Bases, tal como no Plano Nacional de Educação - PNE e do Plano Municipal de Educação - PME, que disserta acerca das recomendações da elaboração do PPP. Tais resultados revelaram a existência de um fenômeno acerca da incipiência do conhecimento sobre as ações da gestão escolar e a forma da elaboração do PPP, assim como do conhecimento sobre as configurações de uma gestão escolar, que precisa ser problematizada mesmo com uma amostra reduzida de participantes. A pesquisa contribuiu para esclarecer conceitos e fenômenos que podem colaborar com estudos posteriores.

Palavras-chave: Gestão Escolar. Plano de Ações Articuladas. Projeto Político Pedagógico

Abstrac: This article aims to analyze the concepts and implications of school management in the preparation of the Pedagogical Political Project - PPP in rural schools in the municipalities of Itapetinga, Jequié and Vitória da Conquista, located in Identity Territories of Bahia. This is qualitative research that “starts from the foundation that there is a dynamic relationship between the real world and the subject, a living interdependence between the subject and the object” (CHIZZOTTI, 1995, p.79). The research was constituted through the following resources: a questionnaire applied as an exploratory research tool. Exploratory research aims to contribute to the clarification of concepts and phenomena, mediated by studies based on assumptions, deductions, considerations, and the positioning of researchers, who are engaged in collaborating scientifically with productions that will corroborate with subsequent studies (GIL, 2008). During the research, we concluded that the answers resulting from the questionnaire

* Artigo publicado livro com título original “O Projeto Político Pedagógico na Gestão Escolar em municípios de Territórios de Identidade da Bahia”, por questões de semântica houve uma pequena alteração no título. In SANTOS, Arlete Ramos (org). O plano de Ações Articuladas (PAR) no contexto da Educação do Campo; 1ª Ed. Curitiba: Appris 2023.

** Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoas de Nível Superior — CAPES

showed a certain lack of knowledge about the dynamics of the preparation of the PPP provided for in Article 14 of the Law of Guidelines and Bases, as well as in the National Education Plan - PNE and the Municipal Education Plan - PME, which talks about the recommendations for preparing the PPP. Such results revealed the existence of a phenomenon regarding the incipience of knowledge about school management actions and the way in which the PPP is drawn up, as well as knowledge about the configurations of school management, which needs to be problematized even with a small sample of participants. . The research contributed to clarifying concepts and phenomena that can collaborate with subsequent studies.

Keywords: School management. Articulated Action Plan. Pedagogical Political Project

Introdução

A presente pesquisa teve como objetivo analisar as concepções e implicações da gestão escolar na elaboração do Projeto Político Pedagógico nas escolas do campo em municípios de Itapetinga, Jequié e Vitória da Conquista, inseridos nos Territórios de Identidade¹ da Bahia. Para tanto, contextualizaremos neste texto alguns aspectos que envolvem a importância da educação, assim como as políticas educacionais na perspectiva da gestão.

A educação é um processo que se associa a todos os aspectos do desenvolvimento humano, intrínseco na evolução do desenvolvimento e do conhecimento pautados pelas constantes etapas do aprendizado. Assim, ao longo das fases do desenvolvimento e por meio de suas experiências com o meio, o ser humano adquiriu habilidades conforme as suas necessidades, de modo que outros aspectos do desenvolvimento foram atrelados a esse processo de evolução. A esse respeito, “Podemos dizer que cada indivíduo aprende a ser um homem. O que a natureza lhe dá quando nasce não lhe basta para viver em sociedade. É-lhe ainda preciso adquirir o que foi alcançado no decurso do desenvolvimento histórico da sociedade humana [...]” (LEONTIEV, 1978, p. 267).

Nesse sentido, em consonância com o referido autor, compreendemos que o desenvolvimento humano está além da interação com a natureza, ou seja, as etapas do desenvolvimento das potencialidades humanas estão também associadas à interação social, sob o domínio da educação no cenário escolar como espaço de formação “que permite o acesso à cultura e aos conhecimentos historicamente produzidos, assume papel fundamental para o

¹ Os Territórios de Identidade foram conceituados pela Secretaria de Planejamento “como um espaço físico, geograficamente definido, geralmente contínuo, caracterizado por critérios multidimensionais, tais como o ambiente, a economia, a sociedade, a cultura, a política e as instituições, e uma população com grupos sociais relativamente distintos, que se relacionam interna e externamente por meio de processos específicos, onde se pode distinguir um ou mais elementos que indicam identidade, coesão social, cultural e territorial” (SEPLAN 2023, s/p). Disponível em: <http://www.seplan.ba.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=17>. Acesso em: mar. 2023.

desenvolvimento das funções psicológicas superiores” (OLIVEIRA; SFORNI, 2013, p. 1). Para Vygotsky (1994, p. 76), o ser humano sai da condição de animal quando parte para “[...] A internalização das atividades socialmente enraizadas e historicamente desenvolvidas constitui o aspecto característico da psicologia humana”.

Inferimos que a educação sempre esteve associada ao processo de humanização ao longo da história das civilizações. No entanto, o decorrer dos tempos assevera novas motivações por aprimoração do conhecimento, numa perspectiva mais direcionada que perpassa pela escolarização. Nesse contexto, as questões de cunho educacional que envolvem a escola adentram na história do Brasil com o ensino religioso sob a responsabilidade dos membros da Companhia de Jesus, também conhecidos como Jesuítas, cujas escolas tinham enfoque na catequese. Entrementes, é nos tempos de Império que se consolida a primeira política que pauta a educação no país, implementada pela Lei 15 criada em outubro de 1827, que institui as “escolas de primeiras letras em todas as cidades, vilas e lugares mais populosos do Império”, com propósito de escolarização para um número reduzido e específico da população (BRASIL, 1927, s/p).

Ao contrário do período colonial, onde não havia preocupações com a formação escolar, pois o modo de produção baseado na mão de obra de pessoas escravizadas, não exigia dessa população um conhecimento aprimorado, bem como não havia interesse do Estado em investir na formação, visto que, na perspectiva do trabalho escravo, o direito à educação era restrito a elite.

No Brasil Império, a formação por intermédio da escola, esteve na pauta do Estado de modo que compreendemos que ao sancionar uma política específica, com enfoque para educação escolar, o governo se atenta para o desenvolvimento econômico do país, organizando o comércio na área urbana e a agricultura nos espaços rurais. Assim, nasce a política educacional no país que, no decorrer da luta dos movimentos sociais no período de redemocratização do Brasil, consolida-se como direito de todos e dever do Estado por intermédio da luta e reivindicações da sociedade ao longo da história da constituição —por fim, concretizada na última Constituição Federal do Brasil no ano de 1988.

Ao longo do tempo histórico a educação escolar passou por diversas reformulações, as quais direcionaram o currículo, a gestão administrativa e pedagógica das escolas. Nesse percurso, o Projeto Político Pedagógico (PPP) se fez presente e hoje é um documento que garante a autonomia das instituições de ensino, em relação à proposta de práticas educacionais que melhor representem a realidade dos estudantes e de todos os sujeitos que constituem o

ambiente escolar, tanto com contexto interno de quem presta serviço da unidade, quanto das famílias que compõem público da escola.

Nesse âmbito, propomo-nos a identificar informações da realidade educacional, sobretudo ao que referem aos Planos Municipais de Educação (PME) dos municípios de Itapetinga — situada no Território de Identidade Médio Sudoeste, Jequié — situada na área do Território Médio Rio de Contas e Vitória da Conquista — situada no Território Sudoeste Baiano (Figura 1). Esse recorte justifica-se por serem considerados municípios polos, isto é, exercerem influência em âmbito regional em relação à saúde, ao comércio, serviços e, especialmente, relacionado à educação, tendo em vista que os *campi* da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB) estão localizados nestes municípios.

Assim, “[...] se todo território pressupõe um espaço social, nem todo espaço social é um território”, pois esse “*não é o substrato, o espaço em si, mas sim um campo de forças [...]*” (SOUZA, 1995, p. 96-97). Nesse sentido, Santos (2015) explicita que o território se define a partir do espaço e do poder, entretanto, o poder não se destitui de uma base referencial territorial. Portanto, estabelece-se assim, uma territorialidade flexível, com interação homem e espaço. A política territorial na Bahia está relacionada ao âmbito de uma nova forma de organização política do estado. Assim, essa regionalização institucional da Bahia priorizou uma abordagem sociocultural em substituição a uma abordagem estritamente econômica.

As políticas educacionais no Brasil para fins de contextualização

Tomaremos como base de recomendação a política educacional enquanto direito social, estabelecido no capítulo II, artigo 6º, da Constituição Federal Brasileira de 1988, com ênfase na temática Educação do Campo, enquanto especificidade educacional consolidada a partir da luta dos movimentos sociais do campo. Para tanto, apontaremos a historicidade das políticas educacionais para o campo no país, assim como o processo de consolidação dessas políticas no que cerne à regulamentação, à efetivação e à defesa das políticas educacionais nos espaços rurais.

O enunciado introdutório da Constituição da República Federativa do Brasil descreve o país como Estado Democrático de Direito ao evidenciar no Preâmbulo que é dever do Estado nos assegurar “os direitos essenciais para nossa sobrevivência”, o que inclui “os direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social” (BRASIL, 1988, s/p).

Ao contextualizarmos, verificamos que esse período que demarca a redemocratização do país, marcado pelos anos de 1975 a 1985, em que gradativamente foram sendo evidenciadas ações com desdobramentos na garantia da liberdade de imprensa, garantia dos direitos políticos, anistia de crimes cometidos durante a Ditadura — como crime políticos, entre outras ações apontadas pela Lei 6.683, de 28 de agosto de 1979 (BRASIL, 1979, s/p). Portanto, somente após anos de enfrentamentos, cerca de 21 anos de ditadura militar no Brasil, elegemos o primeiro presidente civil.

Todas essas ações remetem a redirecionamentos políticos que pautam a garantia de direitos constitucionais para a população, de forma que diversos setores organizados da sociedade, passam a reivindicar direitos constitucionais no formato de políticas públicas para a população brasileira. Nesse contexto, vários segmentos da sociedade civil organizada, elaboraram suas pautas de reivindicações, tendo em vista diversas políticas sociais. Nosso recorte temático versa sobre a educação, assim podemos citar os movimentos em defesa da educação como grupos que defendiam a educação como direito de todos e dever do estado, conforme está estabelecido no artigo 205 da atual Constituição Federal de 1988.

Para contextualizar, anteriormente à promulgação da Constituição da República Federativa do Brasil, surge a União Nacional de Dirigentes Municipais da Educação Undime², fundada em 1986 com o intuito de melhorar a qualidade dos trabalhos de cada gestor municipal direcionados à educação em seus municípios de atuação. “A Undime mantém contato com sindicatos, confederações, associações, organizações não governamentais, movimentos sociais, redes e demais entidades da sociedade civil, que tenham interesse no processo educacional” (UNDIME, 2023, s/p). Atua com um total de dirigentes da educação distribuídos entre os 5.570 em todo território brasileiros.

Assim, inferimos que todas essas entidades da sociedade civil foram importantes para que tivéssemos uma Constituição da República Federativa, junto às Emendas constitucionais que adentram no campo da legislação educacional, a exemplo da LDB, que pode ser considerada como desdobramento das lutas pela redemocratização do país. Dessa maneira, é coerente afirmarmos que a pressão da sociedade civil oriunda dos movimentos populares teve como resposta a LDB, enquanto legislação vigente que delineava os direitos educacionais no

² A Undime é constituída por dirigentes municipais de educação (DME) em exercício. Isso é, aqueles que exercem a função de secretário municipal de educação. Esses são os membros natos. Os membros efetivos são aqueles inscritos na seccional da Undime em seu estado. Há, também, os membros solidários (ex-dirigentes municipais de educação); e os membros honorários (pessoas que tenham, reconhecidamente, colaborado para o aprimoramento da educação pública municipal) (UNDIME, 2023, s/p).

Brasil, pelas vias constitucionais. Entre os pontos demarcados pela LDB também destacamos uma conquista importante, quando se evidencia no artigo 28 as questões das políticas que envolvem a educação rural.

No entanto, não podemos perder de vista que a educação rural prevista na LDB, não é compreendida como Educação do Campo, conforme Caldart (2012).

Como enfoque desse debate remete a questões que envolvem as políticas educacionais no Brasil, partimos para contextualização considerando que em 3 de dezembro de 1993 no Fórum Mundial na Índia, os países que participaram dessa Conferência assinaram a Declaração de Nova Délhi, com proposta de Educação para Todos, cuja finalidade era de firmar o compromisso com políticas educacionais que pudessem suprir as necessidades de defasagem de aprendizagem da população, a saber:

A "Declaração de Nova Delhi sobre Educação para Todos" reitera o compromisso de países como Indonésia, China, Brasil, Egito, México, Nigéria, Paquistão e Índia em atender às necessidades básicas de aprendizagem de todos os seus povos tornando universal a educação básica e ampliando as oportunidades de aprendizagem para crianças, jovens e adultos (UNESCO, 1993, s/p).

O ano de 1996 marca a atualização das Leis e Diretrizes e Base da Educação (LDB), com a finalidade de proporcionar direcionamentos básicos que pudessem auxiliar na implementação das políticas educacionais no Brasil, com a descentralização, as quais atribuíram aos municípios a responsabilidade pelas políticas para educação, em consonância com a Constituição de 1988 (inciso VI do artigo 206), ao estabelecer uma educação baseada no “pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas” e a “gestão democrática do ensino público”. Na mesma perspectiva, a LDB define que:

Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios: I) participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola; II) participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes (BRASIL, 1996, s/p).

Nesse mesmo período, é criado o Fundo de Desenvolvimento para o Ensino Fundamental (Fundef), por intermédio da Emenda Constitucional n.º 14/96, regulamentado pela Lei n.º 9.424/96 (BRASIL, 1996). É por intermédio do Fundef que os municípios por meio das secretarias estaduais ou municipais de educação passam a ter a autonomia de gerir os recursos direcionados às políticas educacionais.

Entrementes, destacamos que o ano 2007, foi um marco de conquistas relevantes do ponto de vista das políticas educacionais no país, a exemplo Plano do Desenvolvimento da Educação (PDE), que por meio de seus princípios destaca “a formação de professores e a valorização dos profissionais da educação” (PDE, 2007, p. 26). Instituído em 15 de março de

2007, os estados, em regime de colaboração com os municípios, assumem o “Compromisso Todos pela Educação com políticas a serem implementadas, e reguladas pelos governos em seus entes federativos, que conseqüentemente é contemplado por 40 programas no setor da educação” (HADDAD, 2008, p. 9), que favorece a implementação das modalidades de ensino com as seguintes especificidades: educação infantil, ensino fundamental e ensino médio, políticas educacionais direcionadas, qualidade ensino, aspectos que envolvem formação inicial e continuada de professoras e de professores, plano de carreira do magistério, gestão escolar. O Plano de Desenvolvimento da Educação nos coloca diante da seguinte reflexão:

Se a educação é definida, constitucionalmente, como direito de todos e dever do Estado e da família, exige-se considerar necessariamente a responsabilização, sobretudo da classe política, e a mobilização da sociedade como dimensões indispensáveis de um plano de desenvolvimento da educação. Com efeito, a sociedade somente se mobilizará em defesa da educação se a incorporar como valor social, o que exige transparência no tratamento das questões educacionais e no debate em torno das políticas de desenvolvimento da educação. Desse modo, a sociedade poderá acompanhar sua execução, propor ajustes e fiscalizar o cumprimento dos deveres do Estado (PDE, 2007, p. 11).

Nesse contexto, o PDE direciona a sociedade, pelo menos no teor da legislação, o convite a participar e construir a gestão escolar, desempenhando a função que nos cabe no controle social, tanto como educadores e educadoras, como também na perspectiva familiar junto à comunidade escolar, conforme mencionado no artigo 205 da Constituição Federal de 1988. Dentre as diversas ações propostas pelo PDE nesse texto fizemos um recorte temático para o Projeto Político Pedagógico e Gestão escolar, por compreender que estas temáticas em estudos estão contempladas nas políticas do Plano de Ações Articuladas (PAR), que também é elemento de estudo nesta pesquisa. O PAR é uma das políticas que estão estabelecidas no PDE, e foi implementado pelo Decreto n.º 6.094, de 24 de abril de 2007, MEC (2007) com propostas de metas para melhorias na qualidade da aprendizagem, que conseqüentemente influenciarão nos resultados da avaliação do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb).

Segundo Haddad (2008), o PAR é um programa que precisa ser consolidado por iniciativa dos gestores e dos demais profissionais da área pedagógica. Todas as articulações do programa devem ser baseadas em diagnósticos da comunidade sob o viés do controle social da participação democrática, de forma que a escola e a comunidade possam construir ferramentas que permitam elaborar avaliação e diagnóstico compartilhado e do sistema educacional, a partir de quatro dimensões: “gestão educacional, formação de professores e dos profissionais de serviço e apoio escolar, práticas pedagógicas, e avaliação e infraestrutura física e recursos pedagógicos” (Haddad, 2008. P. 24). Observemos, aqui, que todas as dimensões estão relacionadas com a classe docente, na qual a gestão, a formação, a prática pedagógica e a

avaliação estão entrelaçados em uma dinâmica em que as profissionais e os profissionais do magistério, articulam-se para dar conta de todos esses princípios no contexto das políticas educacionais locais.

Projeto Político Pedagógico: conceitos e concepções

Como mencionamos anteriormente, a gestão escolar é uma tarefa prevista na Lei de Diretrizes e Base da Educação n.º 9.394/96, com o objetivo de organizar e definir as ações e as estratégias da dinâmica escolar em todos os aspectos de seu funcionamento. “O trabalho de gestão escolar exige, pois, o exercício de múltiplas competências específicas e dos mais variados matizes” (LÜCK 2009, p. 25). Assim, empreendemos que a gestão escolar adentra ao campo organizacional no contexto escolar que remete das circunstâncias até as competências das atividades administrativas. Em outras palavras:

A gestão escolar constitui uma das áreas de atuação profissional na educação destinada a realizar o planejamento, a organização, a liderança, a orientação, a mediação, a coordenação, o monitoramento e a avaliação dos processos necessários à efetividade das ações educacionais orientadas para a promoção da aprendizagem e formação dos alunos (LUCK, 2009, p. 23).

Em razão dessas tarefas, compreendemos a relevância dos direcionamentos da política escolar, de seus princípios, finalidades, rotina, fluxograma, calendário letivo, ou seja, um documento específico para o funcionamento da escola, conforme previsto na LDB, o Projeto Político Pedagógico (PPP). Para Lück (2009), o PPP possui duas características fundamentais e inter-relacionadas: a função administrativa e a função pedagógica. Por essa circunstância, inferimos que a incumbência da gestão escolar pressupõe que tenhamos formação em duas diferentes áreas do conhecimento, que no contexto escolar estão associadas. Exige um fator fundamental para o sucesso das atividades nas quais se envolve a pedagogia e a administração, a formação em gestão na perspectiva educacional e, conseqüentemente, o desafio da elaboração do Projeto Político Pedagógico (PPP). O referido autor afirma ainda que:

A superação de tais desafios torna-se possível pelo recurso de competências específicas, de acordo com as dimensões de gestão envolvidas, mas, sobretudo, em qualquer caso e situação, demanda do diretor capacidade conceitual sobre a educação; a gestão escolar e seu trabalho, mediante visão de conjunto e perspectiva aberta e sólida sobre a natureza da educação; o papel educacional da escola e dos profissionais que nela atuam; a natureza e as demandas psicossociais educacionais dos alunos; a relação da escola com a comunidade, dentre outros aspectos, incluindo, por certo, uma fundamentação sobre as dimensões de gestão escolar (LÜCK, 2009, p. 7).

Em relação ao PPP, apropriamo-nos da concepção de Gadotti (2005), em que direciona o conceito da palavra “projeto” que tem sua origem em latim, “*projecto*”, com significado de

seguir adiante. No entanto, na arquitetura dessa pesquisa, essa terminologia é assumida como objeto de estudo, que é analisada por meio das teorias pedagógicas que fundamentam um Projeto Político Pedagógico de uma escola específica. Para Gadotti (2005), o Projeto Político Pedagógico de uma instituição escolar deve ser fundamentado:

a) no desenvolvimento de uma consciência crítica; b) no envolvimento das pessoas: a comunidade interna e externa à escola; c) na participação e na cooperação das várias esferas de governo; d) na autonomia, responsabilidade e criatividade como processo e como produto do projeto (GADOTTI, 2005, p. 3).

Para Veiga (2021, p. 22), o PPP é um instrumento que possibilita a “organização do trabalho pedagógico, no sentido de se gerar uma nova organização que reduza os efeitos de sua divisão do trabalho, de sua fragmentação e do controle hierárquico”. Nesse caso, o PPP deve estar inter-relacionado a todos os elementos que compõem a base pedagógica de uma escola, a exemplo dos seus objetivos, intenções, finalidades, grades curriculares, do calendário letivo e das possibilidades de avaliações. Podemos dizer também que:

O PPP é depreendido como documento que aponta as diretrizes da escola e pode ser assimilado como instrumento de planejamento ampliado que abarca as orientações, os objetivos, a finalidade, a missão, a visão, o direcionamento, conforme utilizado no sistema de ensino das unidades escolares. Assim, ele serve como sinalizador e direcionador das propostas pedagógicas e educacionais de uma instituição de ensino (SANTANA, 2022, p. 115).

Em consonância com a autora supracitada, Vasconcelos (2006) revela que o Projeto Político Pedagógico é um instrumento organizacional que integra toda prática pedagógica no ambiente escolar. O autor afirma que o PPP se configura em “um processo de Planejamento Participativo, que se aperfeiçoa e se concretiza na caminhada, que define claramente o tipo de ação educativa que se quer realizar” (VASCONCELOS, 2006, p. 32). O autor segue enfatizando que o PPP dispõe de instrumento teórico-metodológico que possibilitam que o planejamento escolar esteja sob o viés da transformação social e da realidade. Conforme referenciado no artigo 14 da LDB, “[...] Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios” (BRASIL, 1996, s/p).

Dessa forma, para o processo de elaboração do Projeto Político Pedagógico se estabelece dois critérios a serem observados pela gestão escolar, a primeira perpassa pela “[...] participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola”, enquanto a segunda assegura “[...] participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes” (BRASIL, 1996, s/p). Ademais, inferimos que o “PPP é um patrimônio da instituição de ensino e comunidade escolar em qualquer contexto geográfico do

ambiente e de qualquer modalidade de ensino” (SANTANA, 2022 p. 115). “É um importante caminho para a construção da identidade da instituição” (CERICATO, 2008, p. 169).

Contudo, entendemos que as temáticas das Políticas educacionais no contexto da elaboração do PPP deverão estar associadas a uma prática educativa contextualizada, que se pense elaboração do PPP, junto aos demais membros da escola, inclusive as famílias e a comunidade, conforme previsto na constituição, de forma a preservar a gestão democrática, participativa, assim como pensar nas interpelações do PPP com base nas realidades das comunidades. Por isso, empreendemos que é necessário defender a elaboração do PPP como uma das prioridades da Gestão escolar, devido ao seu potencial de ferramenta para os direcionamentos políticos assim como o viés pedagógico no cenário da escola.

Aspectos metodológicos da pesquisa

A metodologia empregada sustenta-se numa pesquisa de natureza qualitativa que “parte do fundamento de que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, uma interdependência viva entre o sujeito e o objeto” (CHIZZOTTI, 1995, p. 79). Entre os instrumentos metodológicos propostos em um universo de pesquisa, para contemplar o objetivo, utilizamos as seguintes técnicas: pesquisa exploratória e questionário. A pesquisa exploratória tem a finalidade de contribuir com esclarecimentos de conceitos, fenômenos, intermediados por estudos fundamentados em suposições, deduções, considerações e posicionamento dos pesquisadores, que se ocuparam em colaborar cientificamente com produções, que venham corroborar para com estudos posteriores (GIL, 2008). Segundo o autor, as pesquisas exploratórias proporcionam uma concepção mais generalizada, de forma que nos aproxima do objeto, bem como da problemática em questão.

É pertinente ressaltar que o artigo é desdobramento da pesquisa “As políticas educacionais do PAR em escolas do campo na Bahia”, aprovada pelo Parecer de n.º 4.130.396 e submetida ao Comitê de Ética e Pesquisa da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), por iniciativa do Grupo de Estudo e Pesquisa em Movimentos Sociais Diversidade Educação do Campo e da Cidade (GPEMDECC), tal como do Centro de Estudos, Pesquisa e Extensão em Ciências Humanas (CEPECH), da Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC).

A base de dados de nossas análises foi consolidada por intermédio de um questionário on-line respondido pelas professoras e professores da educação básica da rede pública municipal de ensino da Bahia, que participaram do projeto de extensão de Formação continuada

dos profissionais que lecionam nas escolas do campo (Formacampo), em 2022, cujo objetivo era realizar ações formativas para esse público de profissionais que prestam serviços nos municípios dos Territórios de Identidade localizados na área de abrangência da UESB (FORMACAMPO, 2022).

O município de Itapetinga está a 576 km de Salvador, com uma área de 1.627,462 km² possui população de aproximadamente 77.408 habitantes. O município, que se tornou conhecido pela força da sua pecuária, cresceu e modernizou-se ao longo das últimas décadas, tendo hoje um comércio forte e uma industrialização em franco desenvolvimento, tornando-se a 26^a cidade mais populosa da Bahia (PORTAL DE ITAPETINGA, 2023).

Distante da capital Salvador 365 km, o município de Jequié está situado no Território de Identidade Médio Rio de Contas, com bioma típico da Caatinga e Mata Atlântica, possui uma área de 2.969.039 km², com uma população de 151.895 habitantes (PMJ, 2023).

Vitória da Conquista, por sua vez, está localizada no Território de Identidade Sudoeste Baiano, interior da Bahia, situada a 515 km de distância da capital do estado, com uma área geográfica de 3.405,6 km²; é o terceiro maior município do estado, tem uma população estimada em 387.524 habitantes (IBGE, 2023).

Resultados da pesquisa - tratamento das informações

O Grupo de Estudos e Pesquisas Movimentos Sociais, Diversidade e Educação do Campo e Cidade da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia firmou parcerias com a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime/BA), com o Projeto Formação de Educadores do Campo do Departamento de Ciências da Educação DCIE da Universidade Estadual de Santa Cruz e com o Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGED/UESB), implementando o Programa Formacampo com objetivo de fomentar a formação docente do campo e da cidade, com atividades executadas nos anos de 2021 e 2022. No ano 2022, o Formacampo, estabeleceu um foco direcionado à preparação dos docentes, gestoras e gestores da rede pública municipal, a exemplo dos secretários(as) de educação e coordenadores(as) pedagógicos, bem como da gestão escolar, para elaboração, reavaliação e/ou atualização do Projeto Político Pedagógico em seus respectivos municípios e unidades escolares.

Nessas circunstâncias, foi disponibilizado aos participantes do Programa Formacampo um questionário da pesquisa, “Políticas educacionais do Plano de Ações Articuladas (PAR) e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) em municípios da Bahia: desafios e perspectivas”,

com a finalidade de “analisar as contribuições das políticas públicas educacionais do PAR para a implementação da BNCC nas escolas do campo dos 27 (vinte e sete) Territórios de Identidade” (GEPEMDECC, 2021, p. 7).

No momento em que as secretarias municipais de educação aderem ao Formacampo, essas são monitoradas por um(a) coordenador(a) territorial, que estabeleceu comunicação com a gestão das secretarias municipais dentro dos Territórios de Identidade. Com essa conformação, a coordenação do Formacampo se apropria da ferramenta Google, o Google Forms³, para formatar questões abertas e fechadas, para coleta de informações. Dessa maneira, os questionários foram disparados em correios eletrônicos e redes sociais, de forma que pudesse contemplar as secretarias municipais e seu quadro de docentes e gestores. Sendo assim, a primeira alternativa do questionário evidenciava a disponibilidade dos profissionais docentes da rede municipal que participaram da pesquisa. Em caso afirmativo, os docentes(as) e os gestores(as) seguiam respondendo as demais alternativas, de um total de 93 questões.

E, assim, obtivemos respostas de 10.912 (dez mil, novecentos e doze) participantes, de 187 (cento e oitenta e sete) diferentes municípios dos 27 Territórios de Identidade do estado da Bahia, Brasil. Contudo, como já mencionamos, nossa amostra remete aos municípios de Itapetinga, Jequié e Vitória da Conquista, contemplando os 3 (três) *campi* UESB, que, por sua vez, estão localizados em 3 (três) diferentes Territórios. Conforme os municípios mencionados, o Quadro 1 apresenta a amostra, população contemplada pelo questionário, assim como o lócus de onde a pesquisa obteve alcance.

Quadro 1 – Amostra da pesquisa

Respostas	Itapetinga Médio Sudoeste	Jequié Médio Rio de Contas	Vitória da Conquista Sudoeste Baiano
Amostra	28	73	16

Fonte: elaborada pelas autoras com base no Formacampo (2022).

A partir dessa amostra, selecionamos as alternativas do questionário que dialogavam com a temática do Projeto Político Pedagógico e da Gestão escolar, de forma que ao triangular as informações, obtivemos um retrato, mesmo que superficial (devido à variação na amostra),

³ O Google Forms é um serviço gratuito para criar formulários on-line. Nele, o usuário pode produzir pesquisas de múltipla escolha, fazer questões discursivas, solicitar avaliações em escala numérica, entre outras opções. A ferramenta é ideal para quem precisa solicitar feedback sobre algo, organizar inscrições para eventos, convites ou pedir avaliações (CEDUC, 2023). Disponível em: <https://ceduc.unifei.edu.br/tutoriais/google-forms-ferramentas-das-questoes-e-criar-nova-secao>. Acesso em: jan. 2023.

ao comparar o quantitativo de profissionais na docência nesses municípios ao quantitativo de profissionais desenhado no Quadro 2, a seguir.

Quadro 2 – Realidade educacional dos municípios lócus da pesquisa

Municípios	Itapetinga	Jequié	Vitória da Conquista
Quantitativos de docentes na rede pública	287	603	1.740
Quantitativos de docentes em áreas urbanas	270	421	776
Quantitativos de docentes em áreas rurais	17	127	352
Número de escolas municipais	42	87	179
Número de escolas em áreas urbanas	32	46	83
Número de escolas em áreas rurais	10	41	77
Docentes com formação em nível médio	10	00	15
Estudantes matriculados	10.306	23.123	47.055
Docentes com formação superior	99	183	387
Docentes com especialização	187	414	846
Docentes com formação em mestrado	16	25	44
Docentes com formação em doutorado	00	05	02

Fonte: elaborado pelas autoras, com base no Qedu (2021)

Nesse ínterim, entendemos que os quadros revelam a dissonância demarcada pelo número de profissionais no exercício do magistério nos municípios e a amostra dos sujeitos que responderam ao questionário. Todavia, compreendemos que a amostra revela a realidade educacional em ambos os municípios pesquisados, uma vez que os fenômenos locais são uma parte de um todo e versam pelas particularidades de localização.

A seguir apresentamos o Quadro 3, o qual traça o perfil de escolaridade da população da pesquisa, conforme os municípios mencionados.

Quadro 3 – Perfis da formação dos(as) docente participantes da pesquisa

Formação	Municípios		
	Itapetinga Território Médio Sudoeste	Jequié Território Médio Rio de Contas	Vitória da Conquista Território Sudoeste Baiano
Formação em ensino médio	01	01	00
Formação em licenciatura	12	32	03
Formação em especialização	13	34	09
Formação em bacharelado	01	02	02
Formação em mestrado	01	01	02
Não responderam	00	03	00
Total	28	73	16

Fonte: elaborado pelas autoras, com base no questionário do Formacampo (2022)

O Quadro 3 evidencia o perfil em termos de formação dos(as) docentes nessa amostra da pesquisa que atuam nos respectivos municípios. Observemos que ainda existem educadores com nível médio em dois dos municípios lócus da pesquisa, mas a maioria possui formação em licenciatura e pós-graduação *lato sensu*. No entanto, a formação em nível de *stricto sensu* ainda

é incipiente, visto que do total da população de 117 (cento e dezessete) participantes nos 3 (três) diferentes municípios e territórios, apenas 4 possuem formação em nível de mestrado. Esse quadro demonstra a realidade de que, mesmo que essas pessoas estejam em municípios onde estão localizados os *campi* da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia com programas de pós-graduação em mestrado e doutorado, a formação em nível de *stricto sensu* da população da pesquisa ainda é restrita na carreira do magistério.

A gestão democrática e o Projeto Político Pedagógico no Plano Municipal de Educação: concepção e legislação

Ao aprovar a Lei n.º 13.005, de 25 de junho de 2014 (BRASIL, 2014), que consolidou o Plano Nacional de Educação (PNE), a União estabeleceu diretrizes para que os estados e municípios participassem no regime de colaboração, do compromisso de materializar as metas e as estratégias definidas no PNE, para que esse seja de fato operacionalizado, conforme os planejamentos nas esferas estaduais e municipais.

No decorrer da pesquisa documental, identificamos que os três municípios em questão possuem a legislação que consolida o Plano Municipal de Educação (PME) aprovado pelo Câmara Municipal de Vereadores.

Apresentamos na tabela a seguir a legislação que aprova o Plano Municipal de Educação dos referidos municípios.

Tabela 1 – Lei do Plano Municipal de Educação

Médio Sudoeste – Itapetinga	Lei n.º 1.275/2015, de 22 de junho de 2015
Médio Rio de Contas – Jequié	Lei n.º 1.957/2015, de 22 de junho de 2015
Sudoeste Baiano – Vitória da Conquista	Lei ⁴ n.º 2.108, de 11 de outubro de 2016

Fonte: elaborada pelas autoras, com base nos portais de informações dos municípios (2023).

Assim, constatamos que os municípios informados nesta investigação possuem seus Planos Municipais em nível local, os quais descrevem os planejamentos das ações educacionais, conforme o estabelecido pelo PNE. O Plano de Jequié possui 21 páginas, sendo apenas 3 com conteúdo direcionado ao planejamento, enquanto o plano de Itapetinga possui 6 páginas. Ambos os planos têm muitas equivalências.

⁴ A Lei n.º 2.108, de 11 de outubro de 2016. Altera o anexo único da Lei municipal n.º 2042, de 26 de junho de 2015 e dá outras providências. Disponível em: <http://www.simmp.com.br/wp-content/uploads/2021/01/LEI-N%C2%BA-2.108-DE-11-DE-OUTUBRO-DE-2016.pdf>. Acesso em: jan. 2023.

Ao observar as descrições do artigo 2, ponto VI (p. 1), nos Planos de Educação dos municípios de Itapetinga, tal como no município de Jequié, verificamos que ambos remetem aos princípios da gestão democrática, tendo em vista a elaboração dos PME. A respeito desses pontos, ambos os documentos tratam do aspecto da valorização do profissional em educação, aspecto que consideramos de relevância do ponto de vista do entendimento de que a valorização do profissional abrange piso salarial, plano de carreira, formação permanente e continuada, elementos contemplados e problematizados aqui no discorrer dessas reflexões.

No entanto, nenhum desses dois documentos faz menção explícita sobre a elaboração do PPP, conforme disposto na LDB 9396/1996, fato que todos da rede de profissionais na área da educação deveriam ter conhecimento, por tratar-se de aparatos regulatórios que fundamentam as políticas de educação do município.

No transcorrer da análise dos Planos Municipais de Educação dos dois municípios em questão, verificamos que esses não trazem recomendações acerca da elaboração do Projeto Político Pedagógico. Nesses casos, apenas o PME de Itapetinga remete no artigo 8, um ponto de um parágrafo único⁵, sobre a participação da sociedade civil na revisão do PME, algo positivo, pois traz na teoria a articulação da educação, fato que conduz a uma gestão democrática.

A respeito do PME de Vitória da Conquista, é um documento que possui 35 páginas, difere dos retromencionados, tendo um formato descritivo semelhante ao Plano Nacional de Educação com descrição de Metas e Estratégias.

A meta de número 7, estratégia 7, ponto 7.8, menciona sobre o Projeto Político pedagógico:

7.8. A partir dos PPPs, elaborar planos de ação das unidades escolares/Secretaria Municipal de Educação – SMED [Vitória da Conquista] e demais instituições de ensino, objetivando atingir as metas propostas de estabelecimento de qualidade, no sendo de sistematizar, socializar, gerenciar e avaliar, anualmente, a educação municipal, a partir do segundo ano de vigência desse PME (PME - VITÓRIA DA CONQUISTA, 2015, p. 13).

Foi nessas circunstâncias que o projeto Formacampo (edição 2022) adentra no contexto dessas discussões, a partir da proposta de uma formação específica para “elaboração das diretrizes municipais para educação do/no campo aos municípios pertencentes aos diferentes Territórios de Identidade do estado da Bahia” (GPEMDECC, 2021, s/p), bem como na atualização do PPP nesses municípios. Dessa forma, selecionamos para as nossas verificações

⁵ Artigo 8 – parágrafo único do PME de Itapetinga. “Os processos de revisão e adequação de que trata esta Lei serão realizados com ampla participação de representantes da comunidade educacional e da sociedade civil” (PME – Itapetinga, 2015, p. 4).

as questões de números 45-77-78-79 do formulário aplicado pelo GEPEMDECC, os quais abordam a temática do Projeto Político Pedagógico e a conformação de gestão escolar, mas que não necessariamente serão contempladas nessa ordem.

As reflexões partiram das recomendações no item 1.3, que trata da Organização do Trabalho Pedagógico na Educação do Campo. De acordo com a proposta do Formacampo, o trabalho pedagógico tem, entre suas intenções, que

Pensar metodologias de trabalho pedagógico para o trabalho com os diferentes níveis de ensino e as classes multisseriadas; Adotar o Inventário da Realidade como uma metodologia pedagógica baseada na pesquisa, partindo da realidade local como categoria de análise; Adotar estratégias de elaboração/reelaboração/avaliação dos PPP das escolas do campo; Adotar os processos ou tempos pedagógicos para o trabalho em sala de aula e com a comunidade como tempo da leitura e escrita, tempo da cultura, tempo do cooperativismo, tempo do meio ambiente e da sustentabilidade; tempo do esporte e lazer; tempo da pesquisa etc., (RELATÓRIO FORMACAMPO, 2022, p. 34).

Ao iniciarmos o tratamento das informações contemplamos de início a questão 45, que trata sobre o conhecimento da classe docente a respeito da dinâmica da elaboração do Projeto Político Pedagógico.

Nessa perspectiva, a DMEC, objetiva ainda, alinhar as políticas educacionais da Sistema Municipal de Ensino junto ao Plano Municipal de Educação-PME, voltadas para a população do campo, aos marcos normativos federais da Educação do Campo, bem como aos documentos regulatórios da Educação Pública do Estado da Bahia, visando a orientar a organização do trabalho pedagógico das unidades escolares do Campo (RELATÓRIO FORMACAMPO, 2022, p. 29).

O Quadro 4 a seguir apresenta os órgãos que participaram do processo de elaboração dos PPP em escolas do campo nos municípios pesquisados.

Quadro 4 – Questão 45: de que forma foi elaborado o PPP na escola que você trabalha?

Respostas	Itapetinga	Jequié	Vitória da Conquista
Amostra	28	73	16
Pela escola	08	28	07
Pela Secretaria Municipal de Educação	02	07	00
Em parceria entre Secretaria de Educação e escola	17	18	02
Ainda não tem	00	09	00
Em construção	00	03	01
Não conheço (não sei)	00	00	01
Cópia pré-existente	00	00	01
Total	27	65	12

Fonte: relatório do Formacampo (2022)

Os dados apresentados no quadro evidenciam que os PPPs de Vitória da Conquista e Jequié foram, em sua maioria, elaborados pela escola; já no município de Itapetinga, em parceria entre Secretaria de Educação e a escola. Outro dado que merece atenção é o fato de que nove (09) sujeitos afirmaram que nas escolas onde trabalham ainda não têm o Projeto

Político Pedagógico, um (1) afirma que o documento que tem na escola é uma cópia pré-existente e um (1) desconhece esse documento que reúne os objetivos, metas e diretrizes de uma escola. É fundamental que o professor conheça o PPP da escola em que trabalha, pois esse documento é uma ferramenta que auxilia na gestão escolar democrática, uma vez que oferece condições de organização e identificação de desafios a serem superados com estratégias direcionadas à realidade dos sujeitos que compõem a comunidade escolar. Observemos que o artigo 7º do PME de Itapetinga enuncia que:

O município atuará em regime de colaboração com a União, o Estado, as Instituições de Ensino Superior e de Educação Profissional, bem como demais instituições afins, visando ao alcance das metas e à implementação das estratégias objeto desse plano (PME, Itapetinga, 2015, s/p).

Mesmo diante de uma amostra com número restrito de respondentes do questionário, consideramos que houve um número significativo de participantes que informaram ter algum conhecimento sobre a dinâmica da elaboração do PPP, principalmente nos municípios de Itapetinga e Jequié. Quando um desses registra que não sabe informar a existência do PPP na escola onde atua, coloca-nos numa situação de suposição de que o PME dessa realidade serve apenas como marco regulatório em descrição. Dessa forma, algumas das partes entram em contradição quanto ao requisito do artigo 14º da LDB, que estabelece que a escola tenha autonomia para elaboração de seu PPP, e se contradizem no que diz respeito à execução das metas e estratégias do PME, sustentado no regime de colaboração.

Os elementos constitutivos da organização do trabalho escolar podem ser considerados como ações e manifestações que envolvem a perspectiva da Gestão Democrática; a Formação Continuada; a Coordenação Pedagógica e; Processo de Avaliação Formativa. No caso específico da Educação do/no Campo, devem ser considerados também o inventário histórico-social, valores culturais e ambientais das escolas do campo, que servirá como instrumento que deverá alimentar informações no processo de (re) elaboração/construção dos Projetos Político Pedagógicos (PPP), cujos resultados representam as bases com as quais, serão erguidos pilares que sustentarão à proposta orgânica político-pedagógica da unidade escolar (RELATÓRIO FORMACAMPO, 2022, p. 34).

O Quadro 5 apresenta a distribuição das respostas sobre a percepção da gestão escolar nos três municípios (Itapetinga, Jequié e Vitória da Conquista), a partir das seguintes categorias: a) gestão democrática, b) gestão democrática-participativa e c) gestão autoritária.

Quadro 5 – Percepção dos professores em relação a gestão da escola
Pergunta número 77. Você considera que a gestão da sua escola é:

	Itapetinga	Jequié	Vitória da Conquista
A) Democrática	09	26	11
B) Democrática-participativa	15	38	05
C) Autoritária	04	08	01

Fonte: relatório Formacampo (2021)

É possível observar que a maioria dos sujeitos percebe a gestão escolar como democrática ou democrática-participativa, sendo que a gestão democrática-participativa aparece como a mais citada em Jequié, enquanto a gestão democrática aparece como a mais citada em Itapetinga. Por outro lado, a gestão autoritária aparece com uma frequência muito menor, em comparação às outras duas categorias, indicando que essa percepção é minoritária entre os respondentes da pesquisa nas três cidades.

Por fim, é importante ressaltar que essa análise se baseia apenas no tamanho das amostras. No entanto, aferimos que, mesmo que não tenhamos uma amostra expressiva, aproximada ao quantitativo de profissionais na rede de ensino público nos municípios mencionados, os dados apresentados não desconsideram a existência dos fenômenos.

Conforme Relatório Formacampo (2022), um dos princípios da gestão escolar é que esse ofício seja praticado

[...] de acordo com as proposições da coletividade, assumida como prática de reflexão crítica, diagnóstica e de tomada de decisões, e se constituirá como um dos principais documentos que representa a síntese da proposta de educação que a unidade escolar do/no Campo, pretende desenvolver do decorrer do ano letivo e como forma de contribuir para a construção da sociedade que a comunidade campesina almeja (FORMACAMPO, 2022, p. 35).

Em decorrência do relatório que menciona a pesquisa do PAR – GEPEDMDECC, o qual entre seus objetivos propôs uma formação docente, recomendações para a atualização e reelaboração do Projeto Político Pedagógico para as escolas do campo, com alguns princípios que devem direcionar esse processo, tal como a participação democrática na perspectiva da gestão escolar.

O Quadro 6 a seguir apresenta a distribuição das respostas de um enunciado do questionário sobre a concepção da população, quanto à tomada de decisões na gestão escolar no contexto da escola nos três referidos lócus (Itapetinga, Jequié e Vitória da Conquista), a partir das seguintes afirmativas: a) de forma coletiva com toda a comunidade escolar, b) de forma coletiva entre gestão e professores e c) apenas pela gestão.

Quadro 6 – Enunciado para analisar a participação democrática

Pergunta número 78. As decisões tomadas pela sua escola são:			
	Itapetinga	Jequié	Vitória da Conquista
A) De forma coletiva com toda comunidade escolar	09	26	02
B) De forma coletiva entre gestão e professores	13	33	12
C) Apenas pela gestão	04	09	02

Fonte: relatório da pesquisa GEPEDMDECC (2021)

Nessas circunstâncias, observamos que a percepção mais referida nos três municípios, é de que as decisões no que tange às questões que envolvem a escola são tomadas de forma coletiva entre gestão e professores. Dessa forma, esse resultado pode indicar que os sujeitos da pesquisa acreditam que há uma participação significativa dos professores na tomada de decisões da escola. Mas, ainda assim, há uma concentração de poder nas mãos da gestão em alguns espaços escolares, como podemos observar no quadro em Vitória da Conquista em que dois (02) sujeitos afirmaram que as decisões são tomadas apenas pela gestão, quatro (04) em Itapetinga e nove (09) em Jequié.

Compreendemos, assim, que a concepção de que as decisões são tomadas de forma coletiva com toda a comunidade escolar, aparece como a segunda mais citada, nas três cidades, indicando que há uma valorização da participação e envolvimento da comunidade escolar nas decisões da escola.

O Quadro 7, conforme a amostra mencionada, apresenta as concepções dos sujeitos da pesquisa ao perfil acerca da participação democrática na elaboração do PPP.

Quadro 7 – Questão 79: sujeitos que participaram da elaboração do PPP

Pergunta 79. Marque os representantes da comunidade escolar que participaram da construção do PPP			
	Itapetinga	Jequié	Vitória da Conquista
Professores, pais, alunos, gestão, funcionários do apoio	06	24	00
Professores, pais, alunos	02	00	00
Professores, gestão	05	06	00
Professores, pais, funcionários do apoio	02	00	04
Professores	01	00	02
Gestão	00	00	01

Fonte: relatório da pesquisa GEPemdecc (2021)

A maioria dos respondentes em Itapetinga (seis) e Jequié (vinte e quatro) afirmaram que professores, pais, alunos, gestão e funcionários do apoio participaram da construção do PPP. Em Vitória da Conquista, entretanto, nenhum dos respondentes citou essa opção. Todavia, quatro (04) dos sujeitos responderam que em Vitória da Conquista havia uma participação de professores, pais e funcionários de apoio, retirando, assim, os alunos do processo da elaboração do PPP.

Em Itapetinga e Jequié, a opção de que professores e gestão participassem da construção do PPP foi a segunda mais citada. Isso pode indicar que, apesar de haver uma valorização da participação de diferentes representantes da comunidade escolar, ainda há uma concentração de poder na gestão e nos professores na construção do PPP. Somando-se a isso, outras opções como professores, pais e alunos ou professores e pais, aparecem com menos frequência,

sugerindo que a participação dos alunos e dos pais na construção do PPP pode não ser muito comum nas escolas pesquisadas.

Nessa perspectiva, inferimos que as respostas decorrentes dessa questão mostram certo desconhecimento sobre a dinâmica da elaboração do PPP previsto no artigo 14 da LDB tal como no Plano Nacional de Educação. Tais resultados revelam a existência de um fenômeno acerca do desconhecimento da existência e/ou elaboração do PPP, assim como do conhecimento sobre as configurações de uma gestão escolar que precisa ser problematizada mesmo com uma amostra reduzida de participantes, a exemplo do município de Vitória da Conquista. Nessas circunstâncias, como justificar o desconhecimento dos docentes a respeito do PPP e da gestão escolar, sobretudo com as ações do Programa Formacampo no ano de 2021? Ainda é possível problematizar umas das missões da Undime que diz respeito à formação continuada para docente.

A Undime existe desde 1986, ou seja, anterior à Constituição Federativa do Brasil que é de 1988. Ressaltamos que a LDB em vigência é de 1996. Essas informações nos colocam diante de uma reflexão de que existe uma associação Undime e uma legislação com apontamentos e orientações acerca da gestão da escola pública. Assim, inferimos que, entre os compromissos da gestão, inclui-se a elaboração do PPP, dentro de um movimento compreendido como participativo e democrático (BRASIL 1996).

Em 2021, o Projeto de extensão Formacampo, desdobramento da pesquisa do PAR, em parceria com a Undime, criou o Programa de formação docente com foco na elaboração do PPP. No ano de 2021, de um total de 417 municípios, o Formacampo contou com a adesão de 116 municípios pertencentes a 7 Territórios de Identidade. Por isso, assimilamos que, dentre as respostas possíveis para justificar o desconhecimento desse público específico em vista da elaboração do PPP, podem ser compreendidos pelas seguintes alternativas. A primeira está direcionada ao desinteresse de alguns municípios em aderir ao Programa Formacampo, do grupo de pesquisa GEPEMDECC – UESB que se tornou parceiro da União Nacional dos Dirigentes⁶ Municipais de Educação, com sede em Brasília. É uma associação civil sem fins lucrativos, fundada em 1986.

⁶ Tem por missão articular, mobilizar e integrar os dirigentes municipais de educação para construir e defender a educação pública com qualidade social. Seus princípios são: democracia que garanta a unidade de ação institucional; afirmação da diversidade e do pluralismo; gestão democrática com base na construção de consensos; ações pautadas pela ética com transparência, legalidade e impessoalidade; autonomia frente aos governos, partidos políticos, credos e a outras instituições; visão sistêmica na organização da educação fortalecendo o regime de colaboração entre os entes federados.

A Undime tem entre suas finalidades, pelos menos nos seus princípios direcionadores, enaltecer no contexto escolar uma democracia que possa garantir a integridade das ações institucionais; por intermédio de “gestão democrática com base na construção de consensos; ações pautadas pela ética com transparência, legalidade e impessoalidade; autonomia frente aos governos, partidos políticos, credos e a outras instituições”, tal como fomentar a “[...] visão sistêmica na organização da educação fortalecendo o regime de colaboração entre os entes federados” (UNDIME, 2023, s/p).

Nesse ínterim, a resposta sobre o desconhecimento do processo de elaboração do PPP, que é evidenciada pelos respondentes do questionário, pode estar associada à adesão (ou a não adesão) ao Formacampo, tendo em vista que os gestores desses municípios são associados à Undime. Outra alternativa é que, mesmo que o Formacampo esteja se tornando um evento expoente nos municípios da Bahia, devido à sua primeira edição no ano de 2021, supomos que em sua primeira edição a divulgação não atingiu todos os municípios do estado. No entanto, ainda que a divulgação não tenha sido abrangente, não justifica as respostas das pessoas respondentes, tendo em vista que a Undime é precursora nessa questão de formação continuada para professores e professoras, que compreendemos que também inclui as escolas localizadas em áreas rurais.

Mesmo com o Formacampo realizando formação para docentes que atuam em escolas localizadas em áreas rurais em cerca de 116 municípios do estado da Bahia, desde o ano de 2021, é pertinente reconhecer que desde 1986 a Undime tinha esse compromisso de fomentar a formação continuada para a classe docente em todos o Brasil. O Formacampo demarca um diferencial de relevância na política de parceria com a Undime, quando propõe perspectivas da formação docente com recorte para educação do campo nos municípios referidos. Nesse panorama, supomos que a classe docente dos municípios em questão nessa investigação, que são de alguma maneira orientados pela formação da Undime, deveria ter conhecimento das categorias em estudo proposto desta pesquisa — o Projeto Político Pedagógico e a Gestão Escolar.

Considerações finais

Diante do exposto, asseveramos que o PPP é um documento que precisa ser elaborado pela comunidade escolar, visando correlacionar a prática pedagógica à realidade dessa comunidade, não se resume às terminologias conceituais, mas se constitui por meio de

fundamento teórico, prático e filosófico, em associação com os aspectos culturais da comunidade. As propostas pedagógicas de uma instituição escolar devem definir a prática pedagógica, fundamentada nos marcos normativos, como na organicidade, nos princípios educacionais das especificidades dessas escolas, assim como nas orientações de convivência coletiva, por isso, a importância de definir os indicadores de uma formação consistente, integral do ser humano no processo de desenvolvimento de suas potencialidades. Assim, inferimos que é a partir dessas ações que se constrói a função social da escola.

É preciso deixar claro que, mesmo diante de um programa com objetivo de melhorias na qualidade da educação, não podemos perder de vista as especificidades de cada realidade, quando essa localidade se refere às escolas nos espaços rurais, também compreendidas como escolas do campo, levando em conta que as políticas educacionais desenhadas para a classe trabalhadora no Brasil têm direcionamentos específicos das múltiplas determinações do capital.

Mesmo cientes de que a educação em oferta no Brasil é estruturada com propósito de suprir as necessidades do mercado de trabalho, ainda é possível pensar em estratégias, em que conteúdos direcionados à formação humana e para a transformação da realidade, sejam implementados na perspectiva da prática pedagógica. Nessa conjuntura, a gestão democrática no cenário escolar nos dá subsídios para pensarmos, diante de cada realidade, numa proposta educacional para além do capital, em razão de que a gestão democrática está fundamentada na legislação, na LDB n.º 9.394/96, de forma que possibilite a autonomia de se elaborar um projeto que não atenda apenas às necessidades mercadológicas, mas que ao definir o PPP tenha como propósito uma formação omnilateral, mesmo que seja por meio de um currículo oculto⁷.

Sendo assim, inferimos que gestão democrática compreendida como “processo de ação que envolve um grupo de pessoas que refletem e se posicionam frente à ação educativa na escola” (DALMÁS, 1997, p. 15), tanto está presente na legislação, quanto em outros programas que incluem políticas educacionais — a exemplo da dimensão número 1 do PAR —, tal como nas políticas da descentralização da educação no país, a autonomia de gerir dos recursos financeiros para investimento na educação, assim como para a elaboração do Projeto Político Pedagógico.

Tais resultados revelaram a existência de um fenômeno acerca da incipiência do conhecimento sobre as ações da gestão escolar na dinâmica da elaboração do PPP, assim como um conhecimento limitado sobre as configurações de uma Gestão escolar no contexto da interação com a escola. Nessas circunstâncias, inferimos que as questões aqui evidenciadas

⁷ O conceito de currículo oculto é discutido pelo autor Silva (2003).

precisam ser refutadas, pois mesmo com uma amostra reduzida de participantes temos uma problemática que necessita ser pormenorizada, em âmbitos de amostras mais ampliadas. A pesquisa contribuiu para esclarecer conceitos e fenômenos que podem colaborar com estudos posteriores.

REFERÊNCIAS

ANDRÉ, M. E. D. A. **Etnografia da prática escolar**. Campinas: Papyrus, 2003.

ARAÚJO, Maria Cristina Munhoz. **Gestão escolar**. Curitiba: Iesde, 2009. Disponível em: http://arquivostp.s3.amazonaws.com/qcursos/livro/LIVRO_gestao_escolar.pdf. Acesso em: 27 jan. 2023.

CARDOSO, Elisângela Andrade Moreira; SANTOS, Ivanei de Carvalho; SANTOS, Arlete Ramos. Avanços e limitações do Plano de Ações Articuladas – PAR - no município de Vitória da Conquista/Ba. *In*: SEMINÁRIO GEPRÁXIS, 2017. Vitória da Conquista – Bahia – Brasil, 2017. v. 6, n. 6, p 1021-1039.

CEDUC, Centro de Educação. **Conceito de Google formulário**. 2023 on line. Disponível em: <https://ceduc.unifei.edu.br/tutoriais/google-forms-ferramentas-das-perguntas-e-criar-nova-secao>. Acesso em: 27 jan. 2023.

CERICATO, Kátia Aparecida Seganfredo. **Os princípios organizativos e a proposta pedagógica do MST: contradições de sua materialização na escola Estadual Iraci Salete Strozak'**. 2008. 210f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2008.

CHIZZOTTI, Antônio. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. São Paulo: Cortez, 1995.

GADOTTI, Moacir. Pedagogia da terra e cultura de sustentabilidade. **Revista Lusófona de Educação**. p. 15-29. Lisboa Portugal 2015. Disponível em: <http://www.scielo.mec.pt/pdf/rle/n6/n6a02.pdf>. Acesso em: 27 jan. 2023.

GEPEMDECC. **Proposta de elaboração das diretrizes municipais para educação do/no campo aos municípios pertencentes aos diferentes territórios de identidade do estado da Bahia**. Vitória da Conquista-Bahia 2021 Disponível em: http://www2.uesb.br/gepemdecc/?page_id=303. Acesso em: 27 jan. 2023.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social** 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

HADDAD, F. **O plano de desenvolvimento da educação: razões, princípios e programas**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2008. Disponível em: <http://td.inep.gov.br/ojs3/index.php/td/article/view/3858/4068>. Acesso em: 27 jan. 2023.

IBGE, Instituto Brasileira de Geografia e Estatística. **Panorama do município de Jequié**. Jequié 2023 Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/jequie/panorama>. Acesso em: 27 jan. 2023.

LDE, Laboratório de Dados Educacionais. **Indicadores de docentes**. Paraná 2020 Disponível em: <https://dadoseducacionais.c3sl.ufpr.br/#/indicadores/docentes>. Acesso em: 27 jan. 2023.

LDE, Laboratório de Dados Educacionais. **Indicadores de escolas**. São Paulo 2021. Disponível em: <https://dadoseducacionais.c3sl.ufpr.br/#/indicadores/escolas>. Acesso em: 27 jan. 2023.

LEONTIEV, A. **O desenvolvimento do psiquismo**. Lisboa: Livros Horizonte, 1978.

LÜCK, H. **Dimensões da Gestão Escolar e suas Competências**. Curitiba: Ed. Positivo. 2009

MARÇAL RIBEIRO, Paulo Rennes. História da educação escolar no Brasil: notas para uma reflexão. **Padéia**, FFCLRP- USP, Ribeirão Preto, v. 4, fev./jul. 1993. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/paideia/a/DDbsxvBrtzm66hjvnLDdfDb/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 27 jan. 2023.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

OLIVEIRA, Valdiléia Xavier de; SFORNI, Marta Sueli de Faria. Educação e desenvolvimento humano. In: SEMINÁRIO DE PESQUISA DO PPE. Maringá: Universidade Estadual de Maringá 2023 Disponível em: http://www.ppe.uem.br/publicacoes/seminario_ppe_2013/trabalhos/co_03/92.pdf. Acesso em: 27 jan. 2023.

PME, Plano Municipal de Educação. Lei nº 1.275/2015. 22 jun. 2015. Disponível em: <https://www.camaraitapetinga.ba.gov.br/Handler.ashx?f=f&query=d3392aec-e5dd-41fb-b9d7-e43392a57dac.pdf>. Acesso em: 27 jan. 2023.

PNE, Plano Nacional de Educação (A legislação)

PREFEITURA DE ITAPETINGA. Lei Nº 1.275/2015 - 22 de junho de 2015 do Plano Municipal de Educação de Itapetinga. Itapetinga 2015 Disponível em: <https://www.camaraitapetinga.ba.gov.br/site/LeiMunicipal/1824>. Acesso em: 27 jan. 2023.

PREFEITURA DE JEQUIÉ. Lei nº 1.957, de 22 de junho de 2015, aprova o Plano Municipal de Educação de Jequié. Jequié 2015. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/ba/j/jequie/lei-ordinaria/2015/195/1957/lei-ordinaria-n-1957-2015-aprova-o-plano-municipal-de-educacao-pme-do-municipio-de-jequie-ba-em-consonancia-com-a-lei-n-13005-2014-que-trata-do-plano-nacional-de-educacao-pne-e-da-outras-providencias>. Acesso em: 27 jan. 2023.

PMJ, Prefeitura Municipal de Jequié. Informações sobre o município. 2023. Disponível em: <http://pmjequie.ba.ipmbrasil.org.br/dados-municipais?content=dados-geograficos>. Acesso em: 27 jan. 2023.

PMVC, Prefeitura de Vitória da Conquista. Panorama da cidade.2023. Disponível em: <https://www.pmvc.ba.gov.br/panorama/>. Acesso em: 27 jan. 2023.

PORTAL de Itapetinga. Panorama do município.2023. Disponível em: <http://www.itapetinga.ba.gov.br/cidade/>. Acesso em: 27 jan. 2023.

QEDU. Dados Educacionais de Itapetinga. Indicadores de matrícula. **Plataforma QEDU**, 2023. Disponível em: <http://cdn.novo.qedu.org.br/municipio/2916401-itapetinga>. Acesso em: 27 jan. 2023.

QEDU. Dados Educacionais de Jequié. Indicadores de matrícula. **Plataforma QEDU**, 2023. Disponível em: <http://cdn.novo.qedu.org.br/municipio/2918001-jequie>. Acesso em: 27 jan. 2023.

QEDU. Dados Educacionais de Vitória da Conquista. **Plataforma QEDU**, 2023. Disponível em: <http://cdn.novo.qedu.org.br/municipio/2933307-vitoria-da-conquista>. Acesso em: jan. 2023.

RELATÓRIO do FORMACAMPO - GEPEMDECC. 2022. Disponível em: <http://www2.uesb.br/ppg/ppged/noticias/4533/>. Acesso em: abr. 2023.

RELATÓRIO de Pesquisa do PAR = GEPEMDECC. 2022. Disponível em: <http://www2.uesb.br/ppg/ppged/noticias/4533/>. Acesso em: 27 jan. 2023.

SANTANA, Rosimeiry Souza. **Os princípios do MST na Educação do campo: Uma análise do Projeto Pedagógico da escola de um assentamento rural em Vitória da Conquista**. 2022. 206f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. 2022. Disponível em: <http://www2.uesb.br/ppg/ppged/wp-content/uploads/2022/12/ROSIMEIRY-SOUZA-SANTANA.pdf>. Acesso em: 27 jan. 2023.

SANTOS, Vanessa Costa dos. **Desenvolvimento territorial: um estudo do colegiado do território de identidade sudoeste baiano**. 2015. Trabalho de Conclusão de Curso Graduação em Geografia – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Vitória da Conquista, 2015.

395

SILVA, Nilson Robson Guedes. Gestão escolar democrática: uma contextualização do tema. **Práxis Educacional**, Vitória da Conquista, v. 5, n. 6, jan./jun. 2009. Disponível em: <http://periodicos2.uesb.br/index.php/praxis/article/view/590>. Acesso em: 27 jan. 2023.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica. ZEICHNER. 2003.

SIMMP, Sindicato Municipal do Magistério Público. **Lei nº 2.108, de 11 de outubro de 2016 aprova o Plano Municipal de Educação**. [S. l.], 2016. Disponível em: <http://www.simmp.com.br/wp-content/uploads/2021/01/LEI-N%C2%BA-2.108-DE-11-DE-OUTUBRO-DE-2016.pdf>. Acesso em: 27 jan. 2023.

SOUZA, Geovana Quaresma. Desenho da figura de número 1- Desenho da figura dos campus da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. 2023.

SOUZA, Marcelo José Lopes de. O Território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná Elias; CORRÊA, Roberto Lobato; GOMES, Paulo Cesar da Costa (org.). **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. p. 77-116.

UNESCO, Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. **Declaração de Nova Delhi**. 1994. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000139393>. Acesso em: 27 jan. 2023.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. **Projeto Político Pedagógico da escola: uma construção coletiva**. 14. ed. São Paulo: Papyrus, 2002. Repositório de Informação. Disponível em: <https://ria.ufrn.br/jspui/handle/123456789/736>. Acesso em: 5 dez. 2021.

VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente**. 5. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1994.

Sobre as autoras

Rosimeiry Souza Santana: Rosimeiry Souza Santana - Doutoranda do Programa de Pós — Graduação em Memória Linguagem e Sociedade, pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia — UESB. Mestrado em Educação pelo Programa de Pós - Graduação em Educação-PPGED — UESB. Graduada em Psicologia pela Faculdade Juvêncio Terra. Integrante do Grupo de Estudos e Pesquisa Memória e História das Ideias Pedagógicas Contra — Hegemônicas no Brasil — Museu Pedagógico da UESB
E-mail: rosysantana007@hotmail.com
Lattes: 6368179165713056
Orcid.org/0000-0003-2128-0411.

Rosilda Costa Fernandes- Mestrado pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). Licenciatura em Ciências Exatas com Habilitação em Matemática (UESB). Especialização em Matemática (UESB). Professora da Rede de Ensino do Estado da Bahia. Integrante do Grupo de Estudos e Pesquisa em Movimentos Sociais, Diversidade, Educação do Campo e da Cidade (GEPEMDECC) e Integrante da Rede Latina Americana em Educação do Campo, Cidade e Movimentos Sociais – Rede PECC/MS.
E-mail: fernandesrosilda.rf19@gmail.com
Lattes: 2129854694253598
Orcid.org/0000-0003-4640-6084

Vanessa Costa dos Santos Mestrado em Ensino pelo Programa de Pós-Graduação em Ensino da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB, 2019). Graduada em Geografia pela UESB (2016). Participa como Pesquisadora do Grupo de Estudos e Pesquisas em Movimentos Sociais e Educação do Campo e da Cidade (GEPEMDECC), CNPq – UESB e do Grupo de Estudos e Pesquisa em Educação do Campo (GEPEC), CNPq – UESB. Desenvolve estudos e pesquisas em temáticas sobre Fechamento de escolas do campo, Neoliberalismo, Educação do Campo e Movimentos Sociais. Professora da Rede Municipal de Ensino de Padre Paraíso-MG.
E-mail: vanessacosta792@gmail.com.
Lattes: 6488712795383997
Orcid.org/0000-0003-4596-819X.